

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2005, às 9h30, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim (designado Comitê Guandu) deu início à 4ª Reunião Ordinária de 2005, no auditório da ETA Guandu – Estação de Tratamento de Águas da CEDAE, localizado na antiga estrada Rio - São Paulo Km 19,5, cidade de Nova Iguaçu – RJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: contratação do Plano de Bacia, Instalação e manutenção da Secretaria Executiva, página da Internet do Comitê Guandu, aprovação da ata referente a 3ª reunião ordinária do Plenário de 2005, relatório de atividades do exercício de 2005, Convênio de Integração, Plano de Trabalho e Termo Aditivo a ser firmado entre a ANA, Estado do Rio de Janeiro, CEIVAP e Comitê Guandu; deliberações referente a aplicação dos recursos arrecadados no período de 2004 a 2005 (minuta de resolução nº 08/05), calendário de 2006 (minuta de resolução nº 09/05), definição da Composição da CCA – Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano de Bacia (minuta de resolução nº 10/05); Jornal Informativo do Comitê e assuntos gerais. Estavam presentes 25 membros do Comitê, entre titulares e suplentes, sendo 21 votantes, a saber: Representando a Sociedade Civil- Friedrich Herms (UERJ), Daniel Carvalho (UFRRJ), Jander Duarte (ABRH), Nelson Martins Portugal (ABES), José Miguel da Silva (APEDEMA), Pedro José de Castro (FAMERJ), Sebastião dos Reis (GDN), Ninon Machado (Instituto Ipanema), Antonio José Bianchi (CRBio II), Representando os usuários- Leila Heizer (CEDAE), Fernando José Lino (LIGHT), Paulo Diniz (ONS), André Cimbleiris (FURNAS), Maria Ivonete da Silva (FAERJ), Ademar Jorge Quintella (Sindicado Rural de Itaguaí, Paracambi e Seropédica), Cristina Pereira (FIRJAN), Edes Fernandes (CEDAE), Representando o Governo Municipal- Evandro Batista (Prefeitura Municipal de Rio Claro), Hélio Vanderlei (Prefeitura Municipal de Paracambi), e Representando o Governo do Estado- Marilene Ramos (SEMADUR), João Eustáquio (FEEMA), Waldir Rugero Peres (SEPCI) e Aderson Marques Martins (DRM). Participaram também da reunião 20 convidados conforme lista de presença em anexo. O diretor geral, Friedrich Herms, iniciou a reunião convidando para mesa os diretores presentes, Leila Heizer, Fernando Lino, Hélio Vanderlei , Marilene Ramos, o Presidente da ANA José Machado e o representante da empresa Sondotécnica, Homero Menezes. Com a palavra o presidente da ANA demonstrou satisfação de estar presente e verificar que o sistema de recursos hídricos esta avançando com amadurecimento institucional e político bem como de seus atores: governo, usuários e sociedade civil. Destacando que os usuários tem participado do processo o que é de suma importância para a gestão dos Recursos Hídricos pois é um meio de torná-lo transparente, mencionou que é importante a assinatura do convênio de integração entre a ANA, o Estado do Rio de Janeiro, o CEIVAP e o Comitê Guandu para avançar na interface dos comitês Guandu e CEIVAP de forma a padronizar as normas e procedimentos. Acrescentou que diretoria da ANA avaliou a importância

em financiar o Plano de Bacia da área de atuação do Comitê Guandu e concluiu que é necessário para fortalecer a interação entre os comitês. Comentou que São Paulo finalmente aprovou a lei para cobrança pelo uso das águas em 14/12/2005 e que existe divergências entre as leis dos Estados e a lei federal. Acrescentou que existe a necessidade de juntar esforços para fortalecer as relações e estimular os comitês. Sugeriu marcar reunião no início do ano para tratar sobre este assunto, informou que a ANA acha certo descentralizar e compartilhar as ações conforme a Lei nº 9.433. Acrescentou que o contrato para realização do Plano de Bacia tem valor de aproximadamente 1 milhão de reais e que a empresa vencedora da licitação foi a Sondotécnica. A palavra foi passada para Marilene Ramos, representante da SERLA, que pediu desculpas pela ausência do Presidente da SERLA, Icaro Moreno, justificando seu compromisso com a Governadora. Informou que será assinado convênio da ordem de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) para implantação da Secretaria Executiva do Comitê Guandu. Comentou que até o momento já foi arrecadado quase 1 milhão de reais referente à cobrança pelo uso das águas e que infelizmente ainda não se conta com o pagamento da CEDAE. Acrescentou que será revogado através de um projeto de lei, um artigo da Lei nº 4.247 que atualmente impede o repasse ao consumidor final, o que dificulta o pagamento da CEDAE, o que representa um valor de quase 18 milhões por ano. Comentou que hoje será instalado o Comitê de Bacia do Leste Guanabara. Quanto à relação com o CEIVAP, esclareceu que já existe um convênio de integração e que a proposta é que o Comitê Guandu entre como participante através de termo aditivo, ou, caso julgue necessário, providencie modificações nos termos existentes ou refaça o contexto do mesmo. Informou que a ANA enviou duas pessoas à SERLA para verificação do cadastro de usos das águas e que a idéia é que tenhamos um cadastro único afirmando integração. Informou ainda que em março o CEIVAP definirá novos critérios para a cobrança e que é importante o fato dos outros Estados estarem providenciando também a cobrança. A palavra foi passada ao Diretor da CEDAE que mencionou ter a satisfação de estar presente e desculpou-se pela ausência do presidente da CEDAE, também em virtude de reunião com a Governadora. Acrescentou sobre a importância do Plano de Bacia e que a ETA é um termômetro de verificação da gestão, pois permite conhecer o comportamento das águas do Guandu e implantar a recuperação necessária da Bacia. Informou que a CEDAE está ciente de sua dívida, que tem uma proposta a ser apresentada como pagamento, que a integração entre as esferas de governo, usuários e sociedade civil é um fator primordial para alavancar o sistema de gestão, e que seremos destaques como desenvolvimento. A palavra foi passada para Carlos Tadeu Montes que realçou que este final de ano, apesar de algumas dificuldades, tem saldo positivo o que se verifica com a cobrança pelo uso das águas sendo instituída em São Paulo, a assinatura do Plano de Bacia e ainda a presença de representantes da ANA. A palavra foi passada para Leila Heizer, secretária executiva do Comitê Guandu, que informou que a CEDAE foi cobrada pelo uso das águas conforme determina a Lei nº 4.247 e que o valor era assustador. Após várias análises o Comitê Guandu criou um grupo de trabalho – GT para estudar novos critérios de cobrança que fossem factíveis. A proposta do GT, aprovada pelo plenário do Comitê e pelo CERH define como transposição a captação em um corpo d'água e lançamento

em outro, concluiu que a transposição não seria cobrada, num primeiro momento o que diminuiu o valor a ser cobrado. A diretoria da Cia. solicitou que se estudasse o assunto, interessada em honrar a dívida. Acrescentou que após varias ponderações, a CEDAE tem uma contraproposta para ser discutida o que demonstra o interesse em contribuir com a Gestão, o que vem sendo feito com a manutenção da Secretaria Executiva. Informou ainda que a proposta foi aprovada internamente pela CEDAE sendo necessário passar pelo Conselho de administração que é presidido pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente, Dr. Luiz Paulo Conde e em seguida ser encaminhada oficialmente ao Comitê Guandu que deverá enviar a uma CT- Câmara Técnica para análise. O diretor geral, Friedrich Herms, consultou se os demais diretores gostariam de fazer alguma colocação, não havendo. Friedrich iniciou sua apresentação que contemplou: Lei estadual nº 3.239 e o decreto de criação do Comitê. Apresentou um mapa com as áreas de atuação do comitê e respectivos municípios integrantes, acrescentou que hoje existe um projeto de expansão desta área com a finalidade de incluir o Município de Mangaratiba e Rio de Janeiro que já participa com parte de sua área. Mostrou a representação do Comitê. Destacou que um dos principais temas é transposição do Paraíba do Sul de uma vazão mínima de 119 m³/seg e máx de 160m³/seg. Destacou que a importância da bacia do rio Guandu para abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro em termos de uso; a localização das industrias na bacia, destacando: CSA e fabrica carioca de catalisadores, abordou sobre a disponibilidade hídrica com consumo total de 113,37 m³/s, sendo destinados aos usuários 63,37 m³/s e 50 m³/s para contenção da cunha salina. Informou também sobre a qualidade de água do Guandu usando como base o Macropiano da baía de Sepetiba e destacou a precária situação do esgotamento sanitário, enfocando a situação dos municípios com relação ao saneamento e cobertura vegetal, acrescentando a necessidade de se buscar soluções. Informou que o Rio dos Poços, Ipiranga e Queimados são destaques em poluição industrial e de esgotos domésticos. Apresentou o fluxograma que representa o tramite dos processo de arrecadação, movimentação e aplicação financeira e que existe dificuldade para acelerar a utilização destes recursos. Informou que houve reformulação das CTs e que a CTALI está trabalhando em uma proposta para o convênio de integração não tendo sido indicado firmar o convênio realizado especificamente para subbacias do Paraíba do Sul. Acrescentou que será lançado um jornal informativo do Comitê Guandu e que o assunto referente a página na internet tem progredido com o apoio de Furnas e que finalmente será firmado o convênio com a FAPUR para operacionalização da Secretaria. Foi colocado a definição das áreas de prioridade: saneamento, monitoramento, observatório da bacia, educação ambiental, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas (projeto IBAMA-Petrobras) e relação Guandu – CEIVAP. Demonstrou o balanço financeiro e aplicação de recursos para 2004 e 2005 comentando que o saldo previsto ainda é muito diferente do existente devido as inadimplências. A palavra foi passada ao Presidente da ANA que convidou os representantes da Sondotécnica para assinatura do Contrato que visa a elaboração do Plano de Bacia o qual já está empenhado para este ano o valor de xxxx e para o próximo ano o valor de xxxx. O representante da Sondotecnica agradeceu a confiança e confirmou o inicio dos trabalhos que devem durar 9 (nove) meses. A palavra foi

passada ao representante de FURNAS que abordou sobre a solicitação de apoio para a implantação da página na Internet para o Comitê Guandu e manutenção da mesma pelo período de um ano, e que a mesma foi considerada elegível pela empresa. Informou que Furnas irá disponibilizar o valor necessário como doação sendo necessário uma instituição para atuar como pessoa jurídica e operacionalizar os recursos. Leila aproveitou a ocasião para agradecer a FAPUR sua participação como pessoa jurídica, para implantação da mencionada página. O orçamento realizado por FURNAS para realização do serviço foi obtido através da empresa Rits(www.rits.org.br), o valor orçado foi de R\$ 5.400,00 tendo sido colocado que não é necessário a utilização desta empresa sendo apenas uma sugestão. A palavra foi passada para Marilene Ramos que abordou sobre o convênio para implantação da Secretária executiva, a qual passou os documentos para o Presidente da FAPUR para verificação e aprovação com a meta de ser assinado até janeiro de 2006. Leila agradece a presença do Diretor da ABES Dr. Sertã e também a matéria referente ao Comitê Guandu divulgada através da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. O diretor da CEDAE pediu a palavra pois precisava se retirar e comentou sobre a implantação da CSA- Companhia siderúrgica da Atlanta colocando que o projeto de engenharia existente foi alterado, o rejeito será utilizado pelo pólo industrial de Santa Cruz e que se houver parceria com as empresas seria conseguido melhoria em quantitativo de vazão. Isto fará com que as empresas não precisem utilizar tratamento interno. Marilene acrescentou que a proposta é muito relevante. Fred ressaltou que seria um excelente passo para recuperação da bacia. As 11:00 foi encerrada a primeira parte da reunião com intervalo para um café da manhã. As 12:30 foi iniciada a segunda parte da reunião. O diretor geral fez leitura da pauta com as demandas para esta etapa solicitando se existe alguma consideração e colocando a mesma em votação. A pauta foi aprovada por unanimidade. O segundo tópico abordado foram as considerações sobre a ata da reunião anterior e o representante de FURNAS solicitou alguma modificação para a apresentação de sua fala se comprometendo enviar o texto lido por e-mail para as alterações. Aproveitou para registrar que não estão recebendo os e-mails em FURNAS. Ninom pediu alteração ao parágrafo que antecede a linha 270 ou 199 referente a parceria brasileira pela água. Colocou que os demais assuntos estavam bem completos e parabenizou a elaboração da ata por considerar ser de suma importância e de difícil execução. A Ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Próximo assunto em pauta foi o relatório de atividades da Secretaria Executiva. Leila colocou que será breve pois a abordagem do diretor geral já fez um resumo bem completo das ações desenvolvidas. A apresentação foi dividida em assuntos administrativos e operacionais. Iniciou abordando o processo de eleição e posteriormente como se encontra a estrutura da secretaria executiva que conta com a técnica eng. Elizabeth contratada pela REDUC e Fabiana geografa cedida pela SES – Secretaria Estadual de Saúde, vigilância sanitária. Acrescentou que com a implantação da secretaria executiva vai melhorar o desempenho das técnicas pois será possível a contratação de secretária o que diminuiria as tarefas administrativas que hoje também estão sobre responsabilidade das mesmas, comentou que a secretaria está tentando obter apoio da também da FINEP para realização do Seminário de Disponibilidade Hídrica, informou que foi também

encaminhado documentos a Global water Partnership já tendo sido aceito pela Instituição a qual enviou documento que se encontra a disposição no Comitê Guandu, abordou os assuntos discutidos nas câmaras técnicas e enfocou que a câmara técnica de Assuntos Legais e Institucionais tem encontrado dificuldades de se reunir. Cedeu a palavra aos coordenadores das câmaras para alguma complementação necessária. Bianchi fez algumas considerações para que a empresa responsável pela elaboração do Plano de Bacia faça uma apresentação sobre o que será realizado e a metodologia a ser utilizada. Lygia também acrescentou que a CTCTE necessita de dados a serem incorporados nos assuntos desta câmara. Leila informou também que a secretaria executiva realizou reunião com o BNDES, caixa econômica, FUNASA e IBAM para verificação de apoio para as ações de Saneamento para os municípios e que a FUNASA solicitou uma proposta para a área de atuação do Comitê Guandu para possibilidade de edital. Com relação ao reflorestamento, o projeto já foi entregue a Petrobrás e esta sendo avaliado. Lygia colocou que todas as ações estruturais devem ser realizadas após dialogo com o publico e citou inclusive que esta observação foi também colocada na apresentação da FUNASA. Hugo que também participa da CTCTE acrescentou que a Prefeitura de Seropedica elaborou projeto de saneamento e solicita que o comitê avalie e encaminhe a FUNASA. Friedrich, fez um comentário sobre a atuação das CTS e que o regimento interno está sendo cumprido e que a CTALI deverá ter instituições substituídas, informou que os horários das reuniões foram padronizados sempre as quintas feiras pela manhã, sendo na primeira quinta feira do mês a CTALI, na segunda a CTCTE, na terceira a CTEP, e na quarta a CTIG. Sabina solicitou verificação das faltas pois ela é suplente de Grace e que seria melhor atribuir a falta apenas para a instituição. O diretor acrescentou que a Eng^a Elizabeth tem acompanhado as reuniões das câmaras dando um suporte de integração entre as câmaras e elaborando os resumos executivos. O diretor pediu desculpas aos coordenadores que devido a extensa pauta não foi possível maior tempo para detalhamento de suas atividades. Daniel informou que amanhã haverá apresentação na Universidade Rural do Rio de Janeiro sobre a hidrovía dos jesuítas. Friedrich informou sobre a participação na oficina CEIVAP e as modificações necessárias ao Convênio de Integração que foi encaminhado a CTALI e ratificou que o convênio de fato merece alterações, solicitou que todos possam contribuir com a proposta que foi enviada por e-mail e que seja enviado a diretoria. Ninom informa que o convênio refere-se a uma interligação de bacia e não integração, e que não deve ser um termo aditivo e sim a realização de um termo de interligação de bacias entre o CEIVAP e o Guandu, e que o foco do sistema é diferente. Deve ser criado outro instrumento específico para implantação do sistema. Leila agradece porque não possui advogados disponíveis para a análise em questão, Adacto Ottoni coloca a preocupação com a qualidade de água do Paraíba do Sul e que o comitê precisa ser representado no CEIVAP. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade que deve ser feito outro instrumento e não ser aproveitado o Convênio existente. O próximo assunto colocado em pauta foi a minuta de resolução nº 09/05 que foi aprovada por unanimidade. Foi colocado em pauta a composição do CCA, sugestão primeira do diretor: 2 membros da Diretoria colegiada e 4 membros do Plenário sendo um de cada câmara técnica. Bianchi

sugeriu que seja um representante de cada câmara técnica, Carlos Rio solicitou que toda reunião das Câmaras Técnicas tenha um resumo das atividades desenvolvidas pelo Plano. Jander propõe que sejam os representantes das câmaras técnicas. Lino diz que o número final não está definido sugeriu montar equipe do tamanho da necessidade e prever também suplentes, o que poderia ser discutido em reunião com a diretoria e coordenadores, respeitando as paridades, tendo sido aprovada esta última sugestão. Julio sugeriu que todos os documentos referentes ao plano de bacia passe para conhecimento dos membros. Foi passado ao próximo assunto, minuta da resolução nº 08 e colocou que a CTEP sugeriu a modificação para aplicação de recursos referente a 40% e 60% respectivamente para atividades de Gestão e elaboração de projetos. Lino esclareceu que quando a CTEP fez a proposta de alteração dos percentuais consideravam que não existissem projetos para serem implantados e que após verificar que existem projetos endossa os percentuais anteriores de 40, 30 e 30. Julio acrescenta que os recursos não são suficientes para bancar obras estruturais de saneamento e que as mesmas tem custo alto e que os projetos executivos remontam a conta de 5% do valor da obra. Friedrich diz que os recursos podem ser usados como contrapartida para as prefeituras. Helio acrescenta que os municípios precisam ser estimulados a realizarem os projetos e que a participação do Comitê é importante e que alguns municípios não tem recursos para as contrapartidas necessárias para atender os editais existentes. Tendo sido colocado em votação e aprovada por unanimidade a proposta apresentada na reunião anterior de 40%, 30% e 30% respectivamente para Atividade de Gestão, Elaboração de Projetos e Ações estruturais e/ou intervenções. Ninon solicita alteração em uma palavra descrita no primeiro considerando da presente resolução a qual deverá ser modificada de função para princípio, e colocou a preocupação com os projetos. Friedrich esclarece que será elaborado edital e ainda vai a plenário para votação e que nenhum projeto será realizado sem previa aprovação do Plenário. Bianchi acrescenta que é necessário agilizar os prazos para elaboração de editais. Friedrich coloca que a princípio estaria sendo marcada uma reunião extraordinária para fevereiro, o que irá depender dos trabalhos das CTS. Retornou-se a votação dos percentuais e Leila colocou que a princípio também era a favor dos 40 e 60% entretanto caso não haja demanda de projetos a resolução através de seu artigo 5º permite a possibilidade de remanejamento dos percentuais anteriores. Friedrich diz que se sobrar recursos de uma atividade seria então remanejado para atender outros. A resolução foi colocada em votação e 14 votos foram a favor de se manter os percentuais e 4 votos foram para que os percentuais sejam de 40 e 60% não tendo sido apresentado abstenções, sendo então aprovado os percentuais de 40%, 30% e 30% e posteriormente aprovado por unanimidade o conteúdo. Passaram para o próximo assunto - o jornal informativo do Comitê, tendo sido explicada sua composição e periodicidade solicitando que qualquer sugestão possa ser realizada por e-mail. A AMBEV está estudando a possibilidade de apoiar financeiramente pelo período de um ano. Os assuntos gerais: A PMS – Prefeitura Municipal de Seropédica estará promovendo reunião sobre a hidrovía dos Jesuítas e convida a todos para participarem as 10:00 na sala Wilton Sales, na UFRRJ, trata-se de atividade que necessita de outorga. Ninon acrescenta que o Plano Nacional de recursos hídricos contempla algumas áreas de interligação e

que uma delas é a Paraíba do sul e Guandu. Informou que na ultima reunião do CNRH foi aprovado que se incluía a gestão do solo, das águas, florestas , reuso e conservação com bastante impacto sobre as águas. A importância de ser membro da Global Water Partnership é ter voz no processo. Helio informa que será criado a APA municipal do Ribeirão das Lajes. José Miguel informa que será realizada reunião do CONEMA , André de FURNAS fez um destaque para o cartão de Natal distribuído e solicitou que o responsável pela elaboração do mesmo fizesse a leitura em plenário. O cartão foi lido por Elizabeth Machado. O diretor Geral questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a reunião as 14:50.